



FACULDADE LATINO-AMERICANA DE
CIÊNCIAS SOCIAIS

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS



| TERMO DE REFERÊNCIA (TR) - Pessoa Física | | | | |
|--|-------------------|----------------------|--|---------------------------------|
| Título do Projeto: Fortalecimento das Capacidades Institucionais do Ministério dos Povos Indígenas em suas Ações Políticas e Programáticas de Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | |
| Natureza do Serviço | Modalidade | Nº de vaga(s) | Localidade de Trabalho | Vigência |
| Consultoria | Produto | 01 | Remoto, com atividades presenciais em Brasília – DF) | Ate 12 meses, não prorrogáveis. |
| Vinculação ao PRODOC | | | | |
| <p>Objetivo Específico: 1. Fortalecer a capacidade do MPI de formular, implementar e monitorar políticas voltadas à garantia de direitos dos povos indígenas.</p> <p>Objetivo Específico: 3. Formular estratégias institucionais e metodologias de gestão e planejamento ajustadas à execução das políticas públicas que garantam o pleno exercício da cidadania dos povos indígenas, o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia de seus direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhe são afetas.</p> <p>Resultado: 3.2. Estruturas organizacionais, metodológicas, técnicas e instrumentos de gestão associados à execução das políticas públicas e ações de governo destinadas aos povos indígenas desenvolvidas.</p> <p>Atividade: 3.2.5 Elaborar conteúdo, metodologia e realizar mediação de oficinas de mapeamento, análise e melhoria dos macroprocessos de trabalho relacionados ao Planejamento Estratégico do MPI, considerando critérios de alinhamento de ações da esfera pública aos sistemas de vida indígenas.</p> | | | | |
| Finalidade da Contratação | | | | |
| Contratação de consultoria técnica especializada para a elaboração de documentos analíticos sobre a Organização dos Estados Americanos (OEA), com foco no acompanhamento e análises de suas políticas democráticas, de direitos humanos, segurança e desenvolvimento sustentável. A consultoria deverá propor mapeamentos, propostas de fluxos e elaborar documentos de referência, com vistas a qualificar a atuação do MPI quanto às decisões internacionais advindas da OEA. | | | | |
| Unidade Demandante | | | | |
| Gabinete da Ministra - Assessoria Internacional. | | | | |

1. Justificativa

A criação do Ministério dos Povos Indígenas representa um marco histórico na institucionalização dos direitos dos povos originários no Brasil, exigindo, por consequência, o fortalecimento de sua capacidade administrativa e operacional para responder de forma eficaz aos seus desafios e atribuições. Um dos principais gargalos enfrentados pelo Ministério diz respeito à ausência de fluxos

padronizados e instrumentos de apoio à formalização e à gestão de parcerias estratégicas – sejam elas nacionais ou internacionais – fundamentais para a implementação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

Nesse sentido, a presente consultoria buscar atender a uma demanda estruturante do Gabinete da Ministra do MPI, apoiando o mapeamento, diagnóstico e aperfeiçoamento no acompanhamento de decisões internacionais aplicados ao Brasil quanto aos povos indígenas, mais diretamente advindos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que é atualmente o maior fórum regional para o diálogo, análises de políticas e sobre tomadas de decisões com relação aos assuntos do Hemisfério Ocidental.

2. Atividades e Produtos Esperados

Produto 1: Documento técnico-analítico e propositivo sobre a implementação das decisões internacionais, voltado para a avaliação, promoção e monitoramento das decisões internacionais emanadas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Atividades:

- Elaborar Ofícios às áreas técnicas do MPI e a outros órgãos competentes para solicitação de subsídios sobre a implementação de medidas cautelares, provisórias e sentenças do Sistema Interamericano envolvendo povos indígenas;
- Elaborar ofícios ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com análises e sistematizações das informações produzidas pelo MPI, visando colaborar com as respostas oficiais do Estado brasileiro;
- Promover coordenação entre as áreas técnicas do MPI para integração de informações e esforços relacionados à implementação das decisões internacionais;
- Articular reuniões institucionais, incluindo encontros com representantes dos povos beneficiários/vítimas, quando necessário.
- Apoiar e conduzir reuniões de trabalho, audiências temáticas e demais atividades de promoção e monitoramento de direitos humanos no âmbito da OEA, com foco nos povos indígenas.

Produto 2 - Documento técnico-analítico contendo o mapeamento das implementações de políticas públicas, indicando as áreas responsáveis do MPI e o status de cumprimento em relação às decisões internacionais e conteúdo memória das discussões realizadas internamente às instâncias do MPI que tratam da matéria.

Atividades:

- Elaborar matriz de responsabilidade com as recomendações e solicitações emitidas pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos nas medidas cautelares, provisórias e sentenças envolvendo casos indígenas, apontando a área técnica do MPI responsável pelo cumprimento.;
- Realizar análise técnica avaliativa do status de implementação das medidas cautelares, medidas provisórias e sentenças interamericanas pelo Estado Brasileiro;
- Facilitar reuniões mensais do Comitê de Coordenação, Implementação e Monitoramento de Decisões Internacionais do Ministério dos Povos Indígenas, além de convocar encontros extraordinários conforme necessário, a fim de articular as ações necessárias para discutir e promover o andamento da implementação das decisões;

Produto 3 - Documento Técnico-analítico de Avaliação e Recomendações para Implementação de Medidas Internacionais de Direitos Humanos direcionados aos povos Indígenas no Brasil.

Atividades:

- Elaborar relatório técnico que apresente um diagnóstico sobre a implementação das medidas outorgadas no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), enfatizando os avanços alcançados, os retrocessos ocorridos e as áreas de preocupação identificadas.
- Apresentar o relatório às áreas técnicas do MPI a fim de dar conhecimento do diagnóstico e avaliar a viabilidade e priorização das recomendações formuladas.
- Facilitar oficina de continuidade do monitoramento e sistematização das ações referentes às medidas internacionais em direitos humanos direcionados aos povos indígenas no Brasil.

1. Valor Total do Contrato, Prazo e Cronograma de Atividades

| Produtos | Prazo de Entrega | Valor em R\$ |
|--|--|-----------------------|
| Produto 1: Documento técnico-analítico e propositivo sobre a implementação das decisões internacionais, voltado para a avaliação, promoção e monitoramento da implementação das decisões internacionais emanadas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). | Até 60 dias após assinatura do contrato | R\$ 17.000,00 |
| Produto 2 - Documento técnico-analítico contendo o mapeamento das implementações de políticas públicas, indicando as áreas responsáveis do MPI e o status de cumprimento em relação às decisões internacionais e conteúdo memória das discussões realizadas internamente às instâncias do MPI que tratam da matéria. | Até 180 dias após assinatura do contrato | R\$ 34.000,00 |
| Produto 3 - Documento Técnico-Conclusivo analítico de Avaliação e Recomendações para Implementação de Medidas Internacionais de Direitos Humanos em Comunidades direcionados aos povos Indígenas no Brasil. | Até 350 dias após assinatura do contrato | R\$ 51.000,00 |
| VALOR TOTAL: | | R\$ 102.000,00 |

2. Critérios e forma de apresentação dos trabalhos

Os produtos serão entregues, por meio eletrônico e com a capa assinada pelo(a) consultor(a), no protocolo da Unidade Demandante. Os Produtos serão pagos mediante Ofício e Parecer de Aprovação, elaborados pela Unidade Demandante do serviço.

3. Perfil do Consultor

5.1. Qualificação Obrigatória:

Formação acadêmica mínima

- Graduação em Direito, Relações Internacionais, Ciências Sociais ou Ciências Sociais Aplicadas.

Exigência profissional

- Experiência mínima de 2 (dois) anos em trabalhos diretos com Povos Indígenas no Brasil.
- Experiência mínima de 1 (um) anos na elaboração de fluxos, normativos internos ou instrumentos de apoio à gestão pública.
- Proficiência em Inglês comprovada.

5.2. Qualificação Desejável:

- Pós-graduação em Direitos Humanos, Direito Internacional, Gestão de Políticas, Políticas Públicas ou áreas afins.
- Experiência em assessoria institucional ou consultorias similares em órgãos públicos.
- Proficiência em Espanhol.

5.3. Habilidades:

- Capacidade de Trabalho em Equipe e Postura Ético-Institucional.
- Habilidade de redação técnica de documentos e análises críticas-propositivas, com capacidade de síntese e comunicação transparente e objetiva.
- Conhecimento de políticas internacionais e à nível de América Latina e Caribe voltadas para povos indígenas, principalmente, quanto aos direitos humanos.
- Conhecimento da legislação brasileira e das normativas internacionais que orientam sobre direitos dos povos indígenas (CF de 1988, Convenção 169 da OIT, Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas e etc.)

6. Insumos

- Passagens e diárias, quando solicitadas pela Unidade Demandante.
- Havendo necessidade de emissão de passagens no âmbito do PRODOC, deve-se informar nos formulários de solicitação/concessão de diárias a vinculação das atividades a serem realizadas, com os objetivos, resultados, atividades e metas previstas no TR.
- Em complementação, recomenda-se à unidade técnica responsável certificar, nos Relatórios de Viagens ou em outro documento legítimo, que as atividades executadas pelos consultores, durante os deslocamentos, são necessárias e estão contribuindo para o atingimento dos objetivos e metas vinculados no TR.
- Não serão custeadas passagens e diárias para Brasília - DF, caso a localidade de trabalho prevista no TR seja Brasília – DF.

7. Processo Seletivo

- O Processo Seletivo Simplificado – PSS de que trata este TR consistirá das seguintes fases: análise curricular; análise da documentação comprobatória; e entrevista.
- Não serão analisados os currículos enviados fora do prazo de inscrição estipulado no edital e em formato diferente do modelo de Currículo Padrão.

- Será solicitado aos(as) candidatos(as) que atenderem aos requisitos mínimos exigidos no edital o envio, para o endereço eletrônico prodac.flacso@povosindigenas.gov.br, da documentação comprobatória da formação acadêmica e da experiência profissional, observado o prazo de 3 (três) dias úteis.
- Serão convidados para a etapa de entrevistas os 3 (três) candidatos com as maiores notas avaliadas nos currículos com comprovação documental, por biomas.
- O convite para a entrevista será encaminhado por e-mail.
- O candidato que no prazo de 2 (dois) dias úteis não confirmar sua participação nessa etapa do PSS será considerado desistente.
- O candidato que não resida em Brasília/DF poderá optar pela realização da entrevista por vídeo conferência em data e horário definidos pela Comissão de Seleção. As entrevistas deverão ser gravadas.

8. Critérios de Avaliação

A avaliação, realizada com base nas informações contidas no currículo e comprovadas documentalmente (etapa eliminatória e classificatória) e nas prestadas durante a entrevista (etapa classificatória), deve considerar os itens relacionados a seguir, sendo a pontuação máxima de 100 pontos.

8.1 Formação Acadêmica

| CARACTERIZAÇÃO (pontuação única – Máxima 20 pontos) | PONTUAÇÃO |
|--|------------------|
| Graduação na área solicitada no perfil acadêmico | 10 pontos |
| Especialização na área solicitada no perfil acadêmico | 13 pontos |
| Mestrado na área solicitada no perfil acadêmico | 15 pontos |
| Doutorado na área solicitada no perfil acadêmico | 20 pontos |

Será considerado para registro apenas o curso de maior pontuação.

8.2 Experiência Profissional

| CARACTERIZAÇÃO (pontuação única – Máxima 40 pontos) | PONTUAÇÃO |
|---|------------------|
| Obrigatório | |
| Experiência mínima de 2 (dois) anos em trabalhos diretos com Povos Indígenas no Brasil. | Até 12 pontos |

| | |
|--|----------------|
| 3 pontos para cada ano. | |
| Experiência mínima de 1 (um) na elaboração de fluxos, normativos internos ou instrumentos de apoio à gestão pública. 3 pontos para cada ano. | Até 12 pontos |
| Proficiência em Inglês comprovada. | Até 06 pontos. |
| Desejável | |
| Pós-graduação em Direitos Humanos, Direito Internacional, Gestão de Políticas, Políticas Públicas ou áreas afins. 2,5 pontos para cada diploma. | Até 05 pontos |
| Experiência em assessoria institucional ou consultorias similares em órgãos públicos. 1 ponto para cada ano. | Até 03 pontos |
| Proficiência em Espanhol. | Até 02 pontos |

8.3. Entrevista

| CARACTERIZAÇÃO (pontuação única – Máxima 40 pontos) | PONTUAÇÃO |
|--|------------------|
| Capacidade de Trabalho em Equipe e Postura Ético-Institucional. | Até 10 pontos |
| Habilidade de redação técnica de documentos e análises críticas-propositivas, com capacidade de síntese e comunicação transparente e objetiva. | Até 10 pontos |
| Conhecimento de políticas internacionais e à nível de América Latina e Caribe voltadas para povos indígenas, principalmente, quanto aos direitos humanos. | Até 10 pontos |
| Conhecimento da legislação brasileira e das normativas internacionais que orientam sobre direitos dos povos indígenas (CF de 1988, Convenção 169 da OIT, Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas e etc.) | Até 10 pontos. |

4. Regime Jurídico

A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência - TR não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica conforme prevê o § 9º do art. 4º do Decreto Nº 5.151/2004.